

Emprego feminino na produção canavieira do Estado de São Paulo - 2000/2010

Female employment in sugarcane production São Paulo state - 2000/2010

*Luís Abelda Silva Filho
Universidade Regional do Cariri - URCA*

*Francisca Laudeci Martins Souza
Universidade Regional do Cariri - URCA*

*Jorge Luiz Mariano da Silva
Universidade Federal do Rio Grande do Norte*

*Luciano Pereira da Silva
Instituto Federal de Brasília*

Resumo: A luta dos movimentos feministas por igualdade de direitos acentua as transformações sociais. No entanto, embora muito se tenha alcançado ao longo dos anos, a batalha por espaço no mercado de trabalho permanece como um desafio constante para as mulheres. Os registros sobre o mercado de trabalho mostram a inserção feminina com mais vigor em anos recentes, até mesmo em profissões de segmentação tradicionalmente masculina. Diante disso, este artigo tem como objetivo analisar o perfil dos postos de trabalho feminino, na produção canavieira, no estado de São Paulo. A escolha dessa unidade geográfica nacional está diretamente relacionada ao fato de ela ser considerada a maior produtora de cana-de-açúcar do país. Para dar conta do interesse da pesquisa, foram utilizados dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE). O recorte temporal concentra-se nos anos de 2000 e 2010. Os principais resultados mostram elevação absoluta e relativa da participação feminina no mercado de trabalho, em todos os grandes setores de atividade econômica classificados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), inclusive no cultivo da cana-de-açúcar, e pela Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE). Registrou-se concentração da maioria das mulheres em estabelecimentos de grande porte, com forte incidência de reemprego na atividade canavieira. O perfil do segmento feminino na atividade açucareira aponta para a incidência maior de mulheres na faixa etária de 30 a 49 anos, com baixo nível de escolaridade, elevados índices de rotatividade e forte concentração nas faixas de remuneração mais baixa. Daí poder-se inferir que a participação feminina no cultivo da cana-de-açúcar, no estado de São Paulo, cresceu intensificadamente nos anos de 2000 e 2010, um crescimento da quantidade que aconteceu *pari passu* a uma inserção regulamentada a partir dos registros em carteira e precária pelo baixo nível salarial e consequente redução das condições de vida.

Palavras-chave: Mercado de trabalho feminino; Cultivo da cana-de-açúcar; São Paulo.

Abstract: The feminist movements' struggle for equal rights emphasizes social changes. However, although much has been achieved over the years, the battle for space in the labor market remains a constant challenge for woman. The records on the labor market show the inclusion of women with more vigor in recent years, even in traditionally male professions segmentation. Thus, this paper aims to analyze the profile of women's jobs in sugarcane production in the state of São Paulo. The choice for this state is directly related to the fact that it is the largest producer of sugarcane in the country. To account for the interest of the study, we used data from the List Annual Social Information (RAIS) of the Ministry of Labor and Employment (MTE). The time frame focuses on the years 2000 and 2010. The main result show absolute and relative increase in female participation in the labor market in all major sectors of economic activity classified by Brazilian Institute of Geography and Statistic (IBGE), including the cultivation of sugarcane, the National Classification of Economic Activities (CNAE). Were recorded concentrations of the majority of women in large establishments, with a strong focus for reemployment in sugar. The profile of the female segment in the sugar industry points to a higher incidence of women aged 30-49 years with low education, higher turnover and high concentration in the range of lower wages. Thus, in can be inferred that female participation cultivation of sugarcane in the state of São Paulo grew and intensified in the years 2000 and 2010, an increase of the amount that happened to a *pari passu*

insertion regulated from records on the portfolio and the precarious low wage level and the consequent reduction in living conditions.

Keywords: Female labor market; Cultivation of sugarcane; São Paulo.

JEL: J43

Introdução

A evolução das relações políticas, econômicas, sociais e culturais vem se desenvolvendo de forma a reduzir cada vez mais as diferenças entre homens e mulheres, seja em relação aos direitos, seja em relação aos deveres. Assim, a igualdade “aparentemente” conquistada garante às mulheres maiores participações nas decisões sociais e maiores responsabilidades civis e jurídicas.

Dado o conjunto de transformações observadas, no que concerne à inserção da mulher no mercado de trabalho, os registros indicam sua elevada participação ao longo dos anos (GONÇALVES et al., 2004; MELO e SOARES, 2006; BRUSCHINI, 2007). No entanto, pelo que se sabe, o trabalho feminino enfrenta ainda um processo de seletividade mais intenso, sendo também mais vulnerável às contratações na informalidade e aos menores salários médios, quando comparado à força de trabalho masculina de mesmo perfil (BRUSCHINI, 2006; 2007).

Apesar do crescimento da inserção feminina no mercado de trabalho brasileiro, vê-se que as mulheres estão condicionadas a ocupar postos de trabalho de menor projeção social (BRUSCHINI, 2007; HIRATA, 2009), menores oportunidades de progressão e maior vulnerabilidade ao desemprego. Diante disso, mesmo em uma situação favorável ao avanço da mulher no mercado de trabalho, ainda se operam fortes relações culturais que as limitam no processo de aquisição de um emprego em determinados setores de atividade econômica.

Sabe-se que as mulheres têm conquistado cada vez mais espaço no mercado de trabalho brasileiro, mesmo diante de um quadro aí de forte domínio masculino. Além disso, há ocupações em que a mão de obra masculina predomina, seja por determinações culturais, seja por limitações físicas das mulheres para exercê-las. Nessas circunstâncias, a participação feminina está subordinada as agravantes de várias naturezas, não obstante ter-se elevado sua participação em ocupações de maior concentração masculina (BRUSCHINI, 2006, 2007; SILVA FILHO, 2011), além da criação, ao longo dos anos, de postos de trabalho adequados às com aptidões femininas (WAJNMAN e PERPÉTUO, 1997; BRUSCHINI e LOMBARDI, 2000; LEONE, 2003; BRUSCHINI, 2006; 2007).

No que concerne à participação das mulheres em ocupações de características tradicionalmente masculinas, ainda são baixos os registros em setores como a construção civil e ocupações agrícolas, sobretudo aqueles que se exercem manualmente e no campo. Tais atividades exigem maiores aptidões físicas de seus executores, caso em que as mulheres tendem a ter a menor participação.

Nas atividades agropecuárias, sobretudo naquelas em que predomina o esforço físico, como requisito da ocupação, é diminuta a participação de mulheres empregadas. Com o processo de mecanização no campo, as mulheres foram sobremaneira prejudicadas em comparação aos homens. Conforme Graziano da Silva (2001), em muitos casos, a força de trabalho feminina expulsa do meio rural encontrou nos centros urbanos oportunidades de emprego. Uma inserção

acentuada nas ocupações domésticas, setor que, por sinal, tem elevado a sua participação ao longo dos anos (GONÇALVES, et al., 2004).

Desse modo, interessa conhecer as especificidades do trabalho feminino em outros segmentos do mercado, sobretudo naqueles em que a ocupação se deu historicamente por homens. Eis a razão por que este artigo tem como objetivo central analisar a participação das mulheres a partir da mensuração de um perfil socioeconômico no cultivo da cana-de-açúcar, tomando como estado e espaço-tempo: São Paulo, 2000 e 2010.

Os dados são da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE). O recorte temporal compreende os anos de 2000 e 2010, para os grandes setores de atividade econômica (classificação do IBGE), com delimitação para o cultivo da cana-de-açúcar, a partir da classificação da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 95 e 2.0.).

Para atingir os objetivos propostos pelo estudo, o artigo apresenta além desta introdução, uma seção onde se recorre à revisão da literatura acerca da participação feminina no mercado de trabalho; outra parte em que se apresentam os dados da RAIS/MTE, para contextualizar a participação das mulheres no mercado de trabalho formal paulista; uma quarta parte onde se descreve o perfil das ocupadas do segmento pesquisado; e, por último, tecem-se as considerações finais.

2. Participação Feminina no Mercado de Trabalho Brasileiro: algumas considerações

Os movimentos feministas que se estendem pelo mundo têm como objetivo principal a redução das desigualdades entre homens e mulheres, sobretudo, em ações concernentes às relações sociais e à igualdade de oportunidade e superação das diferenças devidas à questão de gênero. Nesse âmbito, a necessidade de conquistas na vida política, social e econômica tem alimentado as perspectivas de inserção da mulher no meio social em todo o mundo.

A inserção feminina na vida social, a partir da participação ativa no mercado de trabalho, tem sido um contraponto à situação anteriormente assumida de serem elas apenas mães e donas-de-casa, haja vista que no novo contexto as mulheres passaram a assumir responsabilidades com respaldo no contexto social subjacente dos dias atuais. Porém, esta não é uma questão superada, na medida em que as mulheres ainda enfrentam fortes limitações no processo de consolidação participativa no mercado de trabalho, devidas a condições estruturais e culturais do processo de segmentação em vigor.

Os registros mostram redução na desigualdade de gênero quando se refere à ocupação. Todavia, Melo e Soares (2006), Bruschini (2007) e Hirata (2009), dentre outros, convergem entre si ao proporem que as mulheres ocupam, em sua maioria, postos de trabalho de menor projeção social, com remuneração inferior aos homens que realizam as mesmas atividades.

Conforme Silva Filho (2011), as mulheres são mais vulneráveis ao desemprego do que os homens, sobretudo quando negras, as quais enfrentam, de forma mais acentuada, a seletividade no mercado de trabalho, ocupando cargos de menos projeção social e inserindo-se de maneira marcante no emprego doméstico (MELO E SOARES, 2006). É, portanto, mais saliente a condição das ocupadas

femininas quando se adicionam características demográficas de grande relevo nos estudos de seletividade de mercado de trabalho.

Segundo Dedecca (2009), cabe observar a dupla jornada enfrentada pelas mulheres. Em muitos casos, elas são trabalhadores em segmentos de atividade econômica e, adicionalmente, o são como donas de casa e mães, quando retornam ao ambiente familiar. Essa situação é constante, principalmente para aquelas que assumem o papel de chefes de família e têm no trabalho fora de casa a principal fonte de renda.

Em muitas situações, a projeção feminina em atividades segmentadas pela ocupação masculina ao longo dos anos ainda requer da parte delas maior esforço para o processo de adaptação e lhe impõe maior nível de responsabilidade na ocupação dos cargos. No cultivo manual da cana-de-açúcar esforçam-se muito as mulheres para adaptarem o corpo às condições de trabalho. A produtividade como determinante da remuneração auferida por elas demanda intenso esforço físico e de adaptação delas cortadeiras às tarefas de cultivo.

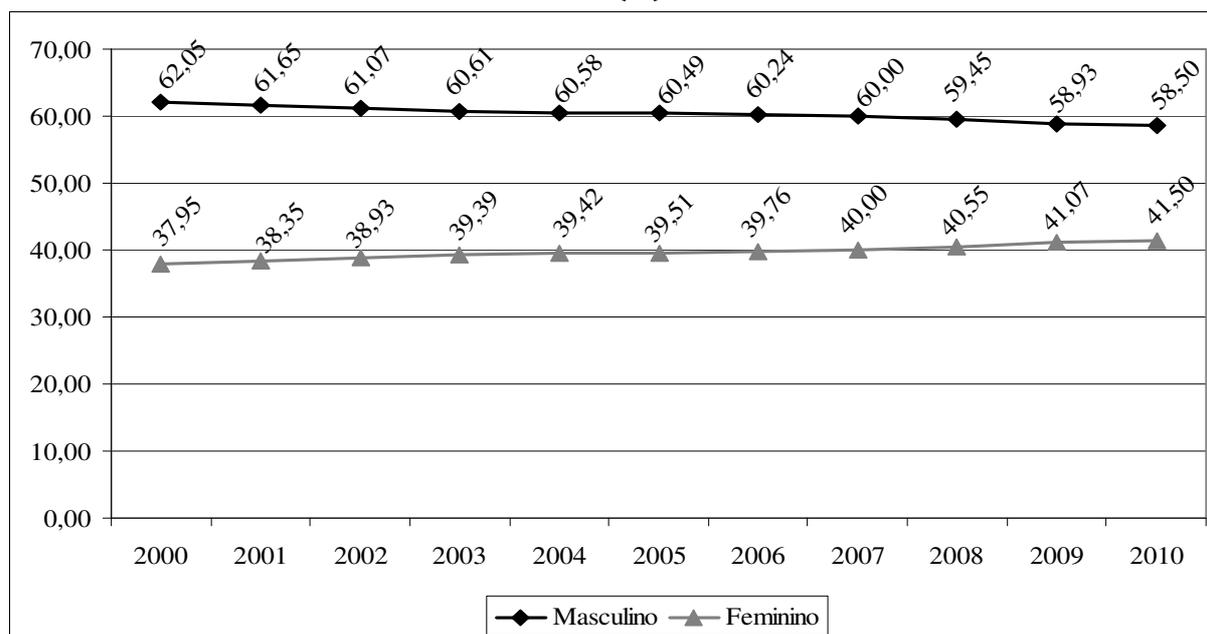
Além disso, as “mulheres canavieiras” estão, em sua grande maioria, na faixa etária entre 30 e 49 anos; trabalham por necessidade de independência financeira, ou de auxílio ao complemento na renda familiar; com baixo nível de escolaridade (OLIVEIRA, 2010). Adicionalmente, são “forçadas” a apresentar elevados níveis de produtividade, reduzindo-se lhes assim ainda mais o papel de mães e donas de casa no âmbito da profissão (NOVAES, 2009).

A seção que se segue procura analisar a evolução da participação feminina nos postos de trabalho formal, no estado de São Paulo, em 2000 e 2010.

3. Evolução da Participação Feminina nos Postos de Trabalho Formal Paulista

Entre 2000 a 2010, no estado de São Paulo, a participação relativa das mulheres no mercado de trabalho formal foi crescente. Segundo os dados da RAIS/MTE, essa participação subiu de 37,95%, em 2000, para 41,50% em 2010.

Figura 01 - Evolução da participação feminina nos postos de trabalho formal
Estado de São Paulo (%) – 2000-2010



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da RAIS/TEM.

Seja em função da necessidade de independência financeira, seja pelo fato de assumirem de forma crescente a chefia dos domicílios, que, segundo Bruschini (2007), a participação de mulheres como chefes de domicílios particulares no Brasil chegou a 30,6 no ano de 2005. Isso evidencia a necessidade de elas ganharem espaço no mercado de trabalho, seja em nível nacional, seja em nível mundial. Mudanças de cunho cultural e social também proporcionam maiores possibilidades de inserção feminina no mercado de trabalho.

Por outro lado, a participação relativa de homens no mercado de trabalho formal paulista diminuiu no período em análise. Deve-se considerar que se trata de um estado com nível cultural/educacional acima da média nacional, fato que relativiza a igualdade entre os sexos, sob muitos aspectos. Tais resultados podem não ser expressivos em regiões com cultura patriarcal, que destina à mulher o papel de mãe e de dona de casa, e não de provedora ou co-provedora de renda familiar.

Ratificando os resultados observados no Gráfico 01, observa-se na Tabela 01, que, entre 2000 a 2010, a variação percentual dos ocupados do sexo feminino (74,9%) foi superior à do masculino (50,8%), com destaque para a variação dos homens na construção civil (106,3%) e das mulheres no comércio (116,1%).

No tocante à distribuição relativa dos postos de trabalho por setores de atividade e sexo, ramos como a indústria, serviços e agropecuária tiveram queda na participação feminina, contra aumento no comércio (de 16,3% para 20,1% entre 2000 a 2010) e na construção civil que se manteve no patamar de 0,9%. No caso dos homens, segmentos como a indústria, serviços e a agropecuária sofreram declínio, compensado com a redistribuição de suas vagas na construção civil e no comércio.

Desse modo, infere-se que a agropecuária e, principalmente, a indústria têm participação na geração de empregos cada vez mais modesta, fato este observado

para ambos os sexos. Com isso, o comércio e o setor de serviços ganham espaços crescentes no mercado de trabalho formal paulista, independentemente do sexo.

Os principais diferenciais na distribuição relativa dos postos de trabalho, entre os sexos, são observados na indústria (27,5% dos homens contra 15,5% das mulheres em 2010) e no setor de serviços (42,2% são homens e 62,2% são mulheres em 2010).

Tabela 01 - Número de postos de trabalho formais, segundo os setores de classificação do IBGE Estado de São Paulo - 2000/2010

Setor IBGE	2000				2010				VAR%- MAS - 2000/2010	VAR% - FEM - 2000/2010
	Masculino		Feminino		Masculino		Feminino			
	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%		
Indústria	1.434.317	28,7	500.250	16,4	2.071.676	27,5	828.637	15,5	44,4	65,6
Construção Civil	282.811	5,7	26.110	0,9	583.444	7,7	50.438	0,9	106,3	93,2
Comércio	823.228	16,5	497.168	16,3	1.432.128	19,0	1.074.239	20,1	74,0	116,1
Serviços	2.189.194	43,8	1.983.263	64,9	3.178.516	42,2	3.323.116	62,2	45,2	67,6
Agropecuária	265.212	5,3	47.660	1,6	264.758	3,5	66.653	1,2	-0,2	39,9
{ñ classificado}	135	0,0	184	0,0	0	0,0	0	0,0	-100,0	-100,0
Total	4.994.897	100,0	3.054.635	100,0	7.530.522	100,0	5.343.083	100,0	50,8	74,9

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da RAIS/MTE

No caso da agropecuária, setor estudado a partir do cultivo da cana-de-açúcar, o sexo masculino apresentou variação negativa de -0,2%, contra variação positiva de 39,9% para as mulheres entre 2000 e 2010. Eles caíram de 265.212 vagas para 264.758, e elas passaram de 47.660 postos de trabalho para 66.653, do primeiro para o segundo ano em estudo. Consoante com Bruschini (2007), isso mostra que, no caso da agropecuária e, do estado de São Paulo, as mulheres estão cada vez mais ocupando postos de trabalho, ocupados, tradicionalmente, pela força de trabalho masculina.

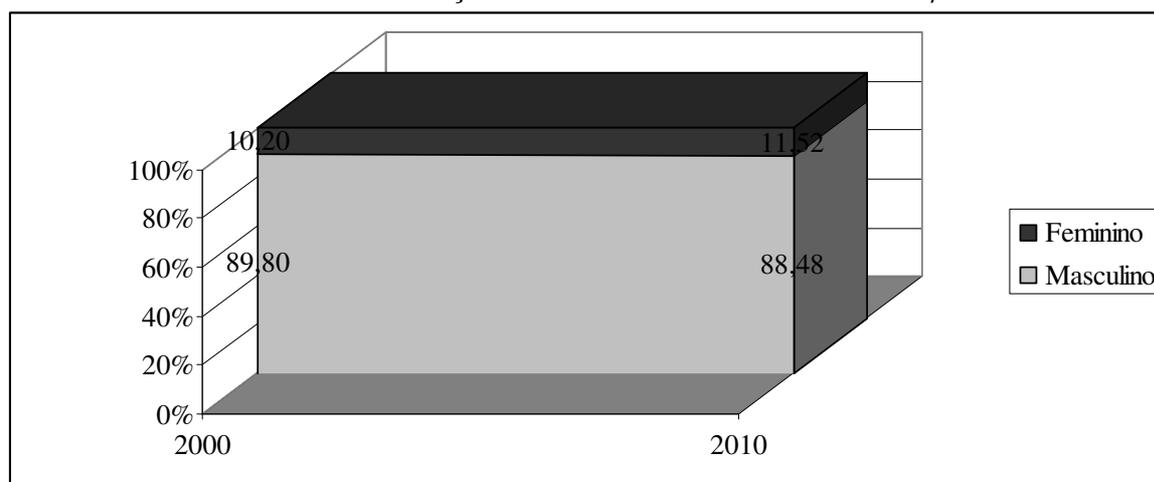
A seção que se segue procura analisar o perfil socioeconômico das mulheres ocupadas no mercado de trabalho formal e no cultivo de cana-de-açúcar, no estado de São Paulo.

4. Mulheres empregadas na atividade de cana-de-açúcar paulista

A opção pela análise da participação feminina no cultivo de cana-de-açúcar justifica-se em função da importância de se observar o comportamento feminino, em uma atividade segmentada por ocupações masculinas. Vale frisar que, em anos recentes, vem ganhando novo escopo teórico, a inserção feminina em postos de trabalho designados, especialmente, para o sexo masculino (Bruschini, 2006; 2007).

No que se refere à opção por estudar o estado de São Paulo, deu-se ela pelo fato de ser ele o maior produtor de cana-de-açúcar do Brasil. Outro ponto a ser frisado, visto que a base de dados do estudo é da RAIS/MTE, é que, segundo Oliveira (2010), no ano de 2007, 80,9% dos ocupados na cana-de-açúcar tinham vínculos formais de trabalho. Com isso, a grande parcela de ocupados no setor será contemplada neste estudo.

Figura 02 - Participação relativa da mão de obra ocupada segundo o sexo no cultivo da cana-de-açúcar: Estado de São Paulo -2000/2010



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da RAIS/MTE.

Na Figura 02, fica evidente a elevada participação masculina no cultivo da cana, apesar de a participação relativa feminina ter aumentado levemente de 10,20% em 2000, para 11,52% em 2010. Esse resultado deveu-se à variação das mulheres (44,89%) ter sido mais acentuada do que a observada entre os homens (26,38%) nos dois anos em questão.

5. Perfil Sócio-ocupacional das Mulheres no Cultivo da Cana-de-Açúcar no Estado de São Paulo – 2000/2010

Segundo Novaes (2009), seja pelas ações sindicais que atuam no sentido de garantir participação feminina mínima de 10,0% no corte da cana-de-açúcar, por turma atuante, seja pela necessidade de ocupação, o fato é que se elevou a participação feminina no segmento citado durante os anos analisados.

Tabela 02 - Número de empregos formais segundo sexo no cultivo da cana-de-açúcar - Estado de São Paulo - 2000/2010

Sexo Trabalhador	2000		2010		Variação - 2000/2010
	ABS	%	ABS	%	
Masculino	59.965	89,80	75.785	88,48	26,38
Feminino	6.808	10,20	9.864	11,52	44,89
Total	66.773	100,00	85.649	100,00	28,27

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da RAIS/MTE.

Em relação ao tamanho do estabelecimento, os dados da Tabela 03 mostram que a maioria absoluta das mulheres canavieiras está ocupada no grande estabelecimento. Porém, registrou-se maior variação positiva para as vagas no micro. Em 2000, estabelecimentos desse porte detinham 10,77% das mulheres empregadas no setor em tela, elevando-se para 22,90% em 2010, com variação de 208,19% no período. Por outro lado, o pequeno e o médio estabelecimento reduziram participação relativa dela ao longo dos anos. O grande estabelecimento, apesar de ser o maior empregador, apresentou movimento semelhante aos anteriores, ao diminuir de 55,39% em 2000, para 51,60% em 2010.

Tabela 03 - Número de empregos formais femininos no cultivo da cana-de-açúcar - Estado de São Paulo - 2000/2010

Tamanho do Estabelecimento	2000		2010		Variação - 2000/2010
	ABS	%	ABS	%	
Micro (1 a 19)	733	10,77	2.259	22,90	208,19
Pequeno (20 a 99)	947	13,91	1.183	11,99	24,92
Médio (100 a 499)	1.357	19,93	1.332	13,50	-1,84
Grande (acima de 500)	3.771	55,39	5.090	51,60	34,98
Total	6.808	100,00	9.864	100,00	44,89

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da RAIS/MTE.

Em relação ao tipo de admissão, os dados da Tabela 04 revelam que a denominação “não admitido ano”, que significa - aqueles que mantêm seus vínculos desde anos pretéritos, é preponderante no estado de São Paulo. No ano 2000, 62,88% estavam nessa situação, elevando-se para 64,33% no ano de 2010. Embora pífio, obtém-se resultado positivo acerca da formação de estoque de um ano para o outro, o que confere maior período de permanência no emprego.

O reemprego também se destaca com 26,69% das contratadas que hajam trabalhado no cultivo de cana-de-açúcar anteriormente. No ano de 2010, eleva-se a participação, quando se registraram 28,60% das ocupadas sob condição de reemprego. Isso pode ser resultado da necessidade do emprego por parte delas e, em muitas situações, do baixo nível de escolaridade, da faixa etária elevada e do fato de estarem culturalmente ligadas às atividades laborais no campo.

Tabela 04 - Número de emprego formal feminino segundo o tipo de admissão no cultivo de cana-de-açúcar - Estado de São Paulo - 2000/2010

Tipo de Admissão	2000		2010		Variação - 2000/2010
	ABS	%	ABS	%	
Não Admitido Ano	4.281	62,88	6.346	64,33	48,24
Primeiro Emprego	369	5,42	483	4,90	30,89
Reemprego	1.817	26,69	2.821	28,60	55,26
Transferência c/ Ônus	29	0,43	4	0,04	-86,21
Transferência sem Ônus	312	4,58	209	2,12	-33,01
Reintegração	-	-	1	0,01	0,00
Total	6.808	100,00	9.864	100,00	44,89

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da RAIS/MTE.

Em relação ao primeiro emprego, houve redução relativa, embora se tenha registrado elevação absoluta. A redução do emprego feminino - na condição de primeiro emprego - no cultivo da cana-de-açúcar pode estar ligada à elevação de contratação em outros segmentos da atividade econômica. Por outro lado, se essa redução não for acompanhada de melhores condições de empregabilidade das mulheres, isso pode estar levando-as ao desemprego.

No que se refere às transferências com ônus, a participação absoluta foi de apenas 29 no primeiro e 4 no último ano analisado. Cabe ainda destacar que as transferências sem ônus foram de 312 e 209, em 2000 e em 2010, respectivamente. Além disso, assistiu-se à redução em absoluto e em relativo desse tipo de transferência, que respondia apenas por 4,58% e 2,12% no primeiro e no

último ano em análise. Já a admissão por reintegração registrou apenas um posto de trabalho em 2010.

No tocante à faixa etária, os dados da tabela 05 mostram que o trabalho infantil feminino (até 17 anos) na cana-de-açúcar é pouco expressivo em termos absoluto e relativo, com declínio entre 2000 e 2010. Por outro lado, chama atenção o aumento na participação absoluta e relativa de trabalhadoras a partir de 50 anos ou mais, dado que esta atividade exige grande esforço físico.

Tabela 05 - Número de empregos formais femininos segundo a faixa etária no cultivo da cana-de-açúcar - Estado de São Paulo - 2000/2010

Faixa Etária	2000		2010		Variação - 2000/2010
	ABS	%	ABS	%	
Até 17 anos	34	0,50	18	0,18	-47,06
18 a 24 anos	855	12,56	1.020	10,34	19,30
25 a 29 anos	1.031	15,14	1.316	13,34	27,64
30 a 39 anos	2.471	36,30	3.303	33,49	33,67
40 a 49 anos	1.669	24,52	2.783	28,21	66,75
50 a 64 anos	711	10,44	1.361	13,80	91,42
65 ou mais anos	37	0,54	63	0,64	70,27
Total	6.808	100,00	9.864	100,00	44,89

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da RAIS/MTE.

As faixas etárias que se destacaram por terem os maiores percentuais de ocupadas em 2000 e em 2010 no cultivo da cana-de-açúcar são aquelas entre 30 a 39 e 40 a 49 anos de idade, somando-se quase 62% da mão de obra ocupada nessa atividade em 2010. Tais evidências apontam para o fato de terem elas, em muitos casos, poucos anos de estudo e estarem inseridas em outros segmentos do mercado formal de trabalho comprometido, por conta disso.

Na Tabela 06, é possível perceber a elevação significativa no nível de escolaridade das ocupadas no cultivo de cana-de-açúcar, quando comparado o ano 2000 ao de 2010. As analfabetas caem de 8,11%, em 2000, para 2,22% em 2010. Esse resultado pode ter sido alcançado, graças à atuação das políticas de combate ao analfabetismo implementadas em âmbitos federais, estaduais e municipais, nos últimos anos, ou de ações de iniciativa privado no sentido de melhorar a qualificação das cortadoras de cana no estado de São Paulo.

Tabela 06 - Número de empregos formais femininos segundo a faixa de escolaridade no cultivo da cana-de-açúcar - Estado de São Paulo - 2000/2010

Escolaridade do Trabalhador	2000		2010		Variação - 2000/2010
	ABS	%	ABS	%	
Analfabeto	552	8,11	219	2,22	-60,33
1º ao 5ª Completo	4.491	65,97	3.817	38,70	-15,01
6ª a 9ª Fundamental	667	9,80	1.625	16,47	143,63
Fundamental Completo	285	4,19	1.256	12,73	340,70
Médio Incompleto	162	2,38	482	4,89	197,53
Médio Completo	324	4,76	1.602	16,24	394,44
Superior Incompleto	95	1,40	230	2,33	142,11
Superior Completo	232	3,41	633	6,42	172,84
Total	6.808	100,00	9.864	100,00	44,89

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da RAIS/MTE.

Para a faixa de escolaridade entre a 1ª série e o 5º ano do ensino fundamental completo, em 2000, os registros da RAIS identificaram 65,97% das mulheres ocupadas, reduzindo-se esse percentual para 38,70% em 2010. Além disso, é pertinente destacar que do 6º ao 9º ano do ensino fundamental se eleva a participação de ocupadas, saindo de 9,08% em 2000 para 16,47% em 2010. Trajetória semelhante foi observada com o ensino fundamental completo, a qual avançou de 4,19% para 12,72% no primeiro e no último ano, respectivamente. Há avanço da participação de ocupadas nos melhores níveis de escolaridade, decorrendo da necessidade de aperfeiçoamento da força de trabalho brasileira em todos os níveis de instrução.

Nas faixas do ensino médio incompleto e completo, os resultados traçam trajetória ascendente, no que se refere à participação de ocupadas com melhores níveis de escolaridade de 2000 para 2010. Para aquelas com ensino médio incompleto, registraram-se 2,38% em 2000 e 4,89% em 2010. Já para as mulheres ocupadas no cultivo da cana-de-açúcar no estado de São Paulo com ensino médio completo, operou-se a maior taxa de crescimento (394,44%): em 2000, 4,76% possuíam ensino médio completo, número que se elevou para 16,24% em 2010.

Faz-se oportuno destacar que a mesma dinâmica se observou relativamente ao ensino superior incompleto e completo. Os percentuais de mulheres ocupadas com ensino superior incompleto elevaram-se de 1,40, em 2000, para 2,30, em 2010. Para a faixa de escolaridade com ensino superior completo, os percentuais progrediram de 3,41%, em 2000, para 6,42%, em 2010. Fica assim, pois, demonstrada a elevação do número de mulheres ocupadas no cultivo de cana-de-açúcar no estado de São Paulo, enquadráveis nos maiores níveis de escolaridade, entre o ano de 2000 e o de 2010.

Em relação à rotatividade da força de trabalho feminina no cultivo da cana-de-açúcar, os dados da Tabela 07 mostram expressivo número de registradas com pouco tempo de permanência no emprego. Em 2000, 37,10% delas deixavam seus postos de trabalho em menos de 1 ano, caindo levemente esse percentual para 35,67% em 2010. Em função dessa queda, mais de 1/3 das ocupadas, no setor canavieiro, perdia seus empregos em menos de 1 ano.

Na faixa de 1 a menos de 3 anos, teve-se significativo aumento - relativo e absoluto - entre 2000 e 2010. Efetivamente aumenta o tempo médio de permanência no emprego da mão de obra feminina canavieira no estado de São Paulo, na faixa supracitada e na faixa de 3 a menos de 5 anos. Esse intervalo compreende, possivelmente, o período em que se dá a seleção por desempenho feminino no cultivo de cana-de-açúcar, sendo que as mulheres mais aptas para as atividades laborais no setor permanecem por um tempo maior.

Tabela 07 - Número de empregos formais femininos no cultivo da cana-de-açúcar segundo o tempo empregado - Estado de São Paulo - 2000/2010

Faixa de Tempo Empregado	2000		2010		Variação - 2000/2010
	ABS	%	ABS	%	
Menos de 1 ano	2.526	37,10	3.518	35,67	39,27
1 a menos de 3 anos	1.360	19,98	3.261	33,06	139,78
3 a menos de 5 anos	893	13,12	1.418	14,38	58,79
5 ou mais anos	2.028	29,79	1.667	16,90	-17,80
{não classificado}	1	0,01		0,00	-100,00
Total	6.808	100,00	9.864	100,00	44,89

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da RAIS/MTE

Todavia, na faixa de 5 anos ou mais, reduz-se a participação, tanto relativa quanto absoluta, das mulheres ocupadas. Tais resultados revelam maior dificuldade de permanência acima de 5 anos nos postos de trabalho, seja por a rotatividade decorrer de melhores oportunidades de emprego em outros segmentos, seja em função da seletividade do mercado de trabalho, permanecendo por mais tempo somente aquelas de melhor produtividade e/ou com menos idade.

No que concerne à remuneração média das ocupadas, os dados da Tabela 08 indicam forte concentração nas primeiras faixas em detrimento das faixas mais elevadas. Na faixa de remuneração de até um salário mínimo tem-se reduzida participação, que se mantém praticamente inalterada no período em estudo. Porém, a faixa compreendida entre mais de um e até dois salários correspondia a 44,80% no ano 2000, elevando-se acentuadamente para 68,85% em 2010. Vale frisar que somente nessa faixa de remuneração houve aumento da participação/contratação feminina; nas demais faixas observou-se declínio, apesar da melhora no nível de instrução das ocupadas, conforme observado anteriormente.

Diante disso, percebe-se maior contratação nas menores faixas de rendimentos e menor contratação nas melhores faixas salariais.

Tabela 08 - Número de empregos formais femininos segundo a faixa de remuneração no cultivo da cana de açúcar - Estado de São Paulo - 2000/2010

Faixa Remuneração Média (SM)	2000		2010		Variação - 2000/2010
	ABS	%	ABS	%	
Até 1 SM	289	4,25	410	4,16	41,87
Mais de 1 a 2 SM	3.050	44,80	6.791	68,85	122,66
Mais de 2 a 3 SM	2.535	37,24	1.434	14,54	-43,43
Mais de 3 a 5 SM	458	6,73	446	4,52	-2,62
Mais de 5 a 10 SM	224	3,29	213	2,16	-4,91
Mais de 10 SM	70	1,03	48	0,49	-31,43
{não classificado}	182	2,67	522	5,29	186,81
Total	6.808	100,00	9.864	100,00	44,89

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da RAIS/MTE

Considerações finais

O presente artigo teve como objetivo central analisar a participação feminina no cultivo de cana-de-açúcar, nos anos 2000 e 2010, no estado de São Paulo. Para tanto, recorreu-se a uma revisão de literatura acerca da inserção feminina no mercado de trabalho, bem como à análise empírica de dados coletados junto à Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e do Emprego – MTE.

Os principais resultados mostram que, mesmo em segmentos de atividade econômica ocupados por homens, entre os grandes setores de atividade econômica estabelecida pelo IBGE, apenas na construção civil a variação da ocupação masculina foi superior à feminina. Na agropecuária, por exemplo, enquanto a variação para a mão de obra masculina foi de -0,2% entre 2000 e 2010, para a feminina foi de 39,9% no mesmo período.

No que se refere ao cultivo de cana-de-açúcar, os dados mostram aumento relativo na participação feminina entre os anos analisados, sendo que as mulheres se concentram trabalhando no grande estabelecimento, apesar de ter sido no micro estabelecimento que se assistiu à maior variação positiva entre os anos em estudo. Registrou-se, ainda, forte incidência de reemprego no setor, o que assegura que as mulheres estão, sobretudo, adaptadas ao trabalho nessa atividade.

Constatou-se que a grande maioria das ocupadas está nas faixas etárias de 30 a 39 e de 40 a 49 anos, nos dois anos, respectivamente, do recorte utilizado. Adicionalmente, registraram-se melhoras no nível de escolaridade da mão de obra feminina. Porém, ainda há forte concentração nas piores faixas de escolaridade, tanto no primeiro quanto no último ano observado. Com isso, tendo em vista que o nível de instrução pode ser necessário à permanência da mão de obra feminina nesse setor, dado pelo processo de mecanização do campo, muitas são as mulheres com baixos níveis de escolaridade, no cultivo da cana-de-açúcar, no estado de São Paulo.

Somando-se a isso, observou-se forte concentração de ocupadas com rendimentos de até dois salários mínimos. No ano de 2010, aproximadamente 73% da força de trabalho feminina ocupada no cultivo da cana-de-açúcar no estado de São Paulo recebiam menos de dois salários mínimos por mês.

Considerando-se esta uma atividade econômica que demanda um profissional fisicamente adaptado às condições de trabalho, com forte incidência de trabalho precário e elevado nível de segregação na ocupação, tem-se um desafio para a mão de obra feminina, que enfrenta, além das condições adversas à própria natureza, a seletividade no mercado de trabalho do setor, a partir do pagamento por produtividade, 'obrigando' as a competir com a força de trabalho masculina.

Diante disso, faz-se necessária a inclusão de políticas de permanência da população feminina no segmento, haja vista que, na grande maioria dos casos, as mulheres se mostram adaptadas ao trabalho manual e que essa é uma oportunidade de trabalho para complemento da renda familiar ou para a garantia/manutenção do domicílio.

Referências

BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R. A Bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo. **Cadernos de Pesquisa**, n.110, p.67-104, jul. 2000.

BRUSCHINI, M. C. A.. Trabalho e gênero no Brasil nos último dez anos. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n^o 132, p. 537-572. Set/dez, 2007.

BRUSCHINI, M. C. A. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não remunerado? **Revista Brasileira de Estudos de População**, v.24, n. esp., 2006.

DEDECCA, C. S.. Regime de Trabalho uso de Tempo e Desigualdade entre Homens e Mulheres. In: <<http://www.fcc.org.br/seminario/DEDECCA.pdf>>. Acesso em outubro de 2009.

GONÇALVES, M. E.; PEREZ, E. R.; WAJNMAN, S. taxas de participação (formal e informal) feminina no mercado de trabalho das regiões Sudeste e Nordeste: uma

análise a partir das PNAD's, 1992-2002. XIV Encontro nacional de Estudos Populacionais – ABEP. **Anais...** Caxambú-MG, setembro de 2004.

GRAZIANO DA SILVA, J.. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. Campinas: Unicamp/IE, 02 out. 2001. In: **SEMINÁRIO O NOVO RURAL BRASILEIRO**, 2. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/rurbano.html>>. Acesso em: out. 2001.

HIRATA, H.. A precarização e a divisão internacional e sexual do trabalho. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan./jun. 2009, p. 24-41.

LEONE, E.T. 2003. O trabalho da mulher em Regiões Metropolitanas Brasileiras. In: M.W. PRONI; W. HENRIQUE (orgs.). **Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil nos anos 90**. São Paulo, Editora UNESP; Campinas, SP, Instituto de Economia da UNICAMP, p. 199-230.

MELO, H. P. de; SOARES, C.. Perfil das mulheres negras brasileiras 1992/2002. XV Encontro nacional de Estudos Populacionais – ABEP. **Anais...** Caxambú-MG, setembro de 2006.

OLIVEIRA, F. C. R. de.. Mercado de trabalho assalariado na cana-de-açúcar e em outras atividades agropecuárias, de 1992 a 2007. 48º Encontro Nacional da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER. **Anais...** Campo Grande, julho de 2010.

NOVAES, J. R. P.. Trabalho nos canaviais: os jovens entre a enxada e o facão. **Rurais I**, Volume 3, Nº 1, março de 2009.

SILVA FILHO, L. A. Mercado de Trabalho e Estrutura Sócio-ocupacional: estudo comparativo entre as regiões metropolitanas de Fortaleza, Recife e Salvador – 2001-2008. Dissertação de Mestrado em Economia. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2011, 131 p.

WAJNMAN, S. PERPÉTUO, I.H. A redução do emprego formal e a participação feminina no mercado de trabalho brasileiro. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v.7, n.1, 1997

Submetido em 14/05/2012.

Aprovado em 23/07/2012.

Sobre os autores

Luís Abelda Silva Filho

Professor do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri - URCA e Coordenador Adjunto do Curso de Especialização gratuita em Desenvolvimento Regional. Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Regional do Cariri - URCA e em Letras pela Universidade Estadual do Piauí - UESPI. Possui Especialização em Ensino da Língua Portuguesa pela URCA e em Gestão em Educação pela Faculdade Leão Sampaio. É Mestre em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, e também pesquisador do Observatório das Metrôpoles, Linha II, Núcleo da UFRN. Desenvolve pesquisas em Economia do Trabalho, Economia Regional, Agrícola e Economia do Setor Público.

Email: abeleconomia@hotmail.com

Francisca Laudeci Martins Souza

Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Regional do Cariri (1991), mestrado em Economia Rural pela Universidade Federal do Ceará (1999) e doutorado em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2010). Atualmente é Professora Associada do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri. Coordena o Laboratório de Estudos e Pesquisas em Economia Solidária da Universidade Regional do Cariri.
Email: laudecimartins@hotmail.com

Jorge Luiz Mariano da Silva

Possui mestrado e doutorado em economia pela Universidade Federal de Pernambuco. Atualmente é professor Associado III da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. É professor dos programas de Pós-Graduação em Administração (DOUTORADO) e da Pós-Graduação em Economia (MESTRADO) da UFRN. É Coordenador da Base de Pesquisa: Estratégias para o Desenvolvimento do Nordeste. Desenvolve pesquisas na área de políticas públicas.
Email: jdalufrn@et.br

Luciano Pereira da Silva

Instituto Federal de Brasília
Email: lucianoms@hotmail.com